



---

EXAME FINAL NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

---

**Prova Escrita de Geografia A**

---

11.º Ano de Escolaridade

---

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

---

**Prova 719/2.ª Fase**

15 Páginas

---

Duração da Prova: 120 minutos. Tolerância: 30 minutos.

---

**2014**

**VERSÃO 1**

---

**Página em branco**

---

---

Indique de forma legível a versão da prova.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

É permitido o uso de régua e de calculadora do tipo não alfanumérico, não programável.

Não é permitido o uso de corretor. Deve riscar aquilo que pretende que não seja classificado.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Apresente as suas respostas de forma legível.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

---



**ColorADD**

Sistema de Identificação de Cores

CORES PRIMÁRIAS | BRANCO E PRETO



BRANCO | PRETO | CINZENTOS



TONS CLAROS



TONS ESCUROS

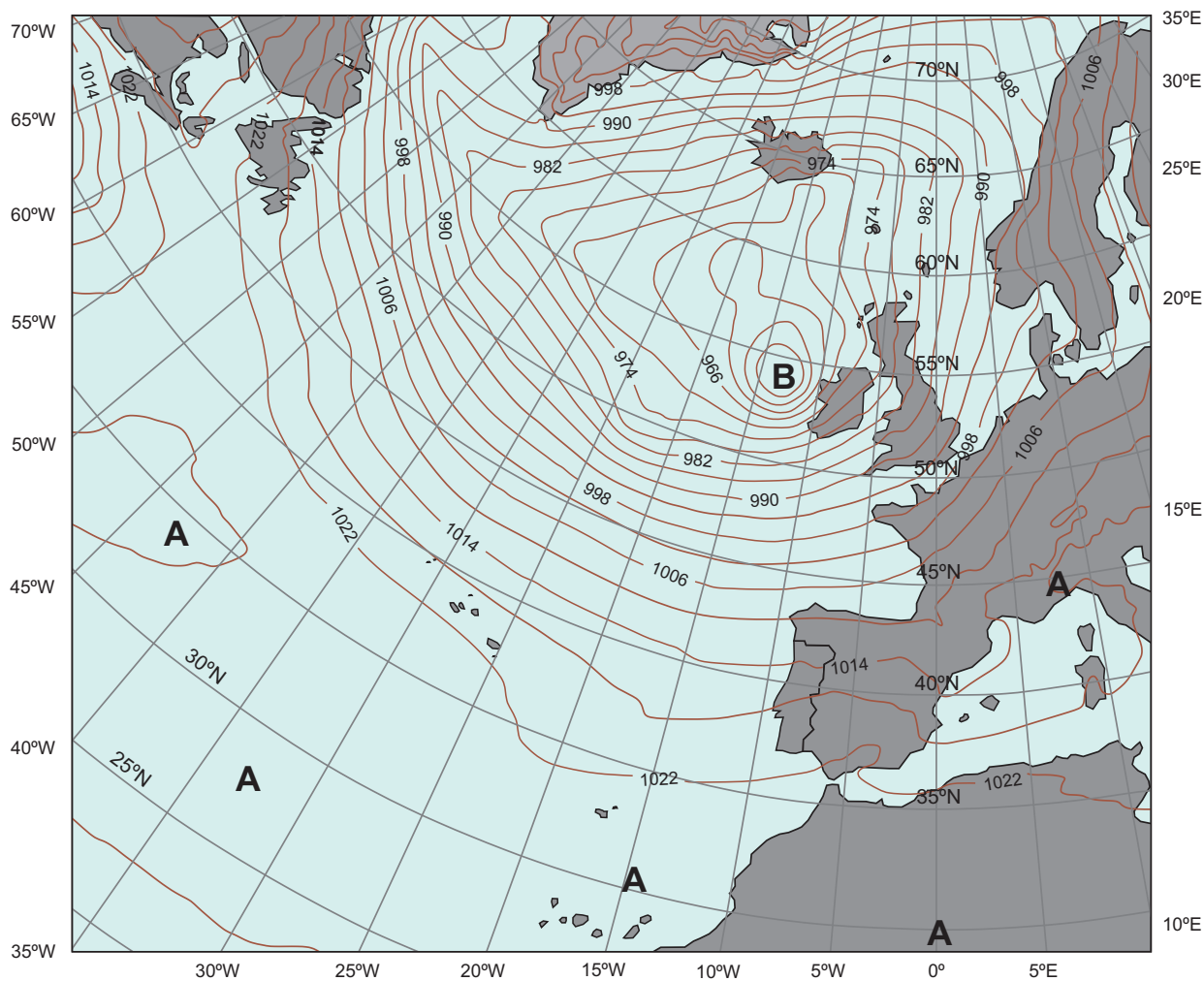


Na resposta aos itens de escolha múltipla, seleccione a opção correta.

Escreva, na folha de respostas, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

### GRUPO I

A Figura 1 corresponde à carta sinóptica do dia 3 de janeiro de 2014.



Fonte: [www.ipma.pt/pt/otempo/prev.numerica/](http://www.ipma.pt/pt/otempo/prev.numerica/) (adaptado)  
(consultado em janeiro de 2014)

Figura 1 – Carta sinóptica do dia 3 de janeiro de 2014.

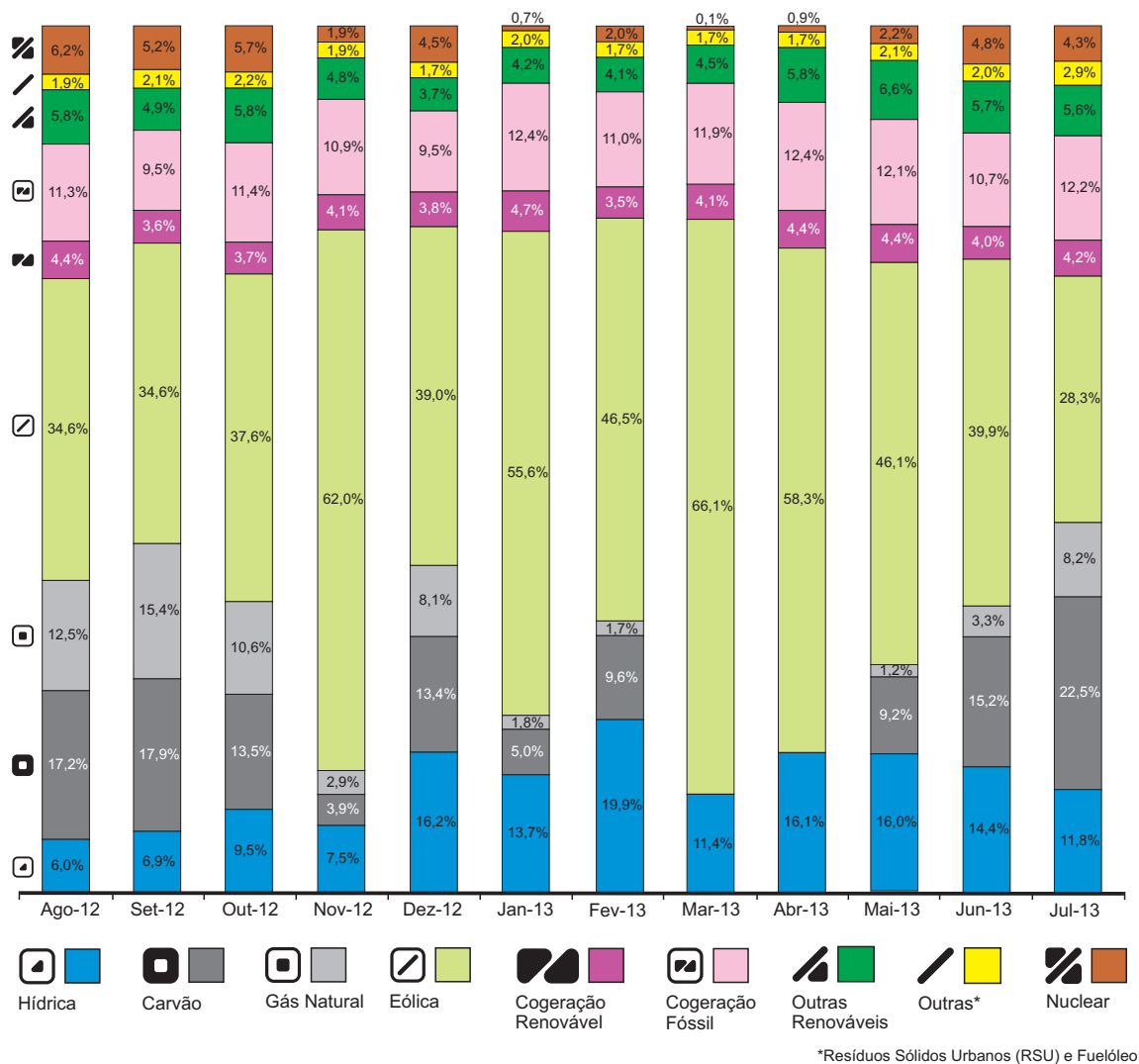
1. A depressão barométrica identificada na Figura 1 está centrada na proximidade

- (A) da Noruega.
- (B) da Islândia.
- (C) das Ilhas Britânicas.
- (D) das ilhas açoreanas.

2. As isolinhas traçadas na carta sinóptica da Figura 1 denominam-se
- (A) isotérmicas.
  - (B) isóbaras.
  - (C) isoietas.
  - (D) isótimas.
3. O estado do tempo que se fez sentir na Região Autónoma da Madeira, de acordo com a Figura 1, caracterizou-se por
- (A) estabilidade, com a ocorrência de céu limpo e a ausência de vento.
  - (B) instabilidade, com a ocorrência de vento fraco e de chuva contínua.
  - (C) estabilidade, com a ocorrência de forte nebulosidade e de vento moderado.
  - (D) instabilidade, com a ocorrência de vento forte e de precipitação abundante.
4. Numa depressão barométrica, como a identificada na Figura 1, a circulação do ar à superfície é
- (A) ascendente e divergente.
  - (B) convergente e descendente.
  - (C) convergente e ascendente.
  - (D) descendente e divergente.
5. A diferença entre os valores da precipitação registados no noroeste e no nordeste de Portugal continental deve-se, entre outras razões, à
- (A) presença de relevo montanhoso na região noroeste.
  - (B) orientação discordante das montanhas localizadas a norte do rio Douro.
  - (C) menor profundidade dos vales da bacia do rio Douro.
  - (D) passagem frequente das perturbações da frente polar, na região nordeste.
6. As medidas destinadas a minimizar os impactes negativos da ocorrência de precipitação intensa são, entre outras,
- (A) a construção de diques e a impermeabilização das encostas.
  - (B) a florestação das cumeadas e a proibição de construção nos interflúvios.
  - (C) a construção de terraços nas vertentes e o estreitamento dos leitos normais dos rios.
  - (D) a florestação de vertentes e a interdição da construção nos leitos de cheia.

## GRUPO II

A Figura 2 representa a energia elétrica consumida em Portugal continental, por fontes e processos de produção de energia, no período de agosto de 2012 a julho de 2013.



Fonte: [www.edpsu.pt/pt/origemdaenergia/](http://www.edpsu.pt/pt/origemdaenergia/) (adaptado)  
(consultado em setembro de 2013)

Figura 2 – Energia elétrica consumida em Portugal continental, por fontes e processos de produção de energia, no período de agosto de 2012 a julho de 2013.

1. De acordo com a Figura 2, mais de 50% da eletricidade consumida, em Portugal continental, teve origem em fontes de energia

- (A) renováveis, como, por exemplo, a eólica e o gás natural.
- (B) renováveis, como, por exemplo, a eólica e a hídrica.
- (C) não renováveis, como, por exemplo, o carvão e o gás natural.
- (D) não renováveis, como, por exemplo, o carvão e a hídrica.

2. O consumo de eletricidade de origem hídrica nos meses de agosto e de setembro, observado na Figura 2, deve-se, entre outros fatores,
- (A) aos elevados níveis de armazenamento de água nas albufeiras, devido ao perfil transversal dos rios.
  - (B) à fraca variação anual da precipitação, que assegura uma produção constante de energia.
  - (C) aos baixos níveis de armazenamento de água nas albufeiras, por ação do anticiclone dos Açores.
  - (D) à acentuada evaporação, que reduz de forma muito significativa os níveis freáticos.
3. «O padrão de consumo de eletricidade com origem em fontes renováveis é idêntico na Região Autónoma da Madeira (RAM) e na Região Autónoma dos Açores (RAA).» Esta afirmação é
- (A) falsa, porque a maior percentagem de eletricidade com origem em fontes renováveis consumida na RAM é de origem hídrica, enquanto na RAA é de origem geotérmica.
  - (B) falsa, porque a maior percentagem de eletricidade consumida na RAM é de origem eólica, enquanto na RAA é de origem solar.
  - (C) verdadeira, porque a maior percentagem de eletricidade consumida quer na RAM quer na RAA é de origem fóssil.
  - (D) verdadeira, porque a maior percentagem de eletricidade com origem em fontes renováveis consumida quer na RAM quer na RAA é de origem eólica.
4. Portugal reúne condições naturais favoráveis à produção de energia eólica ao longo do ano, devido
- (A) à regularidade dos ventos de leste e ao relevo acidentado.
  - (B) à proximidade do oceano e ao relevo acidentado.
  - (C) à proximidade do oceano e à ação dos anticiclones.
  - (D) à regularidade dos ventos de leste e à ação dos anticiclones.
5. O Plano Energético Nacional visa a eficiência energética, o que implica a adoção de medidas que promovam
- (A) a diversificação dos produtos derivados do petróleo.
  - (B) a circulação de veículos ligeiros particulares movidos a gasóleo.
  - (C) a redução do consumo de eletricidade durante a noite.
  - (D) a alteração dos hábitos e dos comportamentos dos consumidores.
6. O aproveitamento dos recursos naturais de Portugal para a produção de energia elétrica é importante, porque contribui
- (A) para melhorar a balança comercial do país e para garantir a sustentabilidade energética.
  - (B) para diminuir a dependência energética do país e para aumentar os custos da produção agrícola.
  - (C) para aumentar a exportação de eletricidade e para atrair indústrias intensivas em mão de obra.
  - (D) para dinamizar a utilização de veículos elétricos e para aumentar a pegada ecológica.

### GRUPO III

A Figura 3 representa a comparação entre o grau de autossuficiência de Portugal relativamente a alguns produtos agropecuários, em 2010, e a média desse grau de autossuficiência, no período 2006-2010.



Fonte: *Destaque*, INE, I.P., Lisboa, 2013, p. 5 (adaptado)

Figura 3 – Grau de autossuficiência de Portugal relativamente a alguns produtos agropecuários, em 2010, e a média desse grau de autossuficiência, no período 2006-2010.

1. Em Portugal, os produtos hortícolas e os frutos tropicais têm grande importância relativa, respetivamente, em regiões agrárias como
  - (A) a do Algarve e a da Beira Interior.
  - (B) a do Ribatejo e Oeste e a da Madeira.
  - (C) a de Entre Douro e Minho e a do Alentejo.
  - (D) a dos Açores e a de Trás-os-Montes.
2. De acordo com a Figura 3, os produtos agropecuários que, em 2010, apresentam um grau de autossuficiência superior à média dos valores registados no período 2006-2010 são
  - (A) os cereais, as batatas, as oleaginosas e os ovos.
  - (B) os cereais, as batatas, o vinho e as oleaginosas.
  - (C) os frutos frescos, o azeite, os frutos tropicais e o vinho.
  - (D) os frutos frescos, os frutos tropicais, o azeite e os ovos.



3. Os condicionalismos que comprometem a autossuficiência de Portugal em alguns dos produtos agropecuários são, entre outros,
- (A) a fraca mecanização e as restrições à importação de produtos alimentares.
  - (B) a fraca procura do mercado interno e o abandono da atividade agrícola.
  - (C) a falta de qualidade dos produtos nacionais e o clima desfavorável.
  - (D) a estrutura agrária fragmentada e a fraca qualidade dos solos.
4. O aumento recente da produção do azeite e do vinho em Portugal deve-se, entre outros fatores,
- (A) ao aumento da superfície de produção e à generalização do modo de produção biológico.
  - (B) ao conhecimento técnico aplicado ao sistema produtivo e às boas práticas de gestão agrícola.
  - (C) às estratégias de *marketing* e ao incentivo à divisão da propriedade agrícola.
  - (D) às novas espécies introduzidas e ao predomínio do sistema de cultura extensivo.
5. Duas das medidas agroambientais promovidas pela reforma da PAC de 2003 que contribuíram para o desenvolvimento rural no interior do país foram
- (A) a defesa dos produtos tradicionais nacionais e a certificação da qualidade dos produtos.
  - (B) o controlo das pragas através de pesticidas e o apoio à indústria agroalimentar.
  - (C) a ajuda à comercialização dos produtos biológicos e o apoio aos grandes sistemas de irrigação.
  - (D) o apoio técnico à produção integrada e a ajuda direta ao turismo patrimonial.
6. Em Portugal, a floresta apresenta uma importância estratégica no desenvolvimento do espaço rural, na medida em que permite
- (A) estimular a construção de aldeamentos de elevada densidade, através do desenvolvimento da atividade turística.
  - (B) assegurar práticas de agricultura intensiva, através da estabilização das vertentes.
  - (C) dinamizar atividades económicas diversificadas, através do fornecimento de matérias-primas.
  - (D) diminuir a vulnerabilidade aos riscos de incêndio, através da valorização das monoculturas de espécies resinosas.

## GRUPO IV

Na Figura 4, que representa a cidade de Beja, estão destacadas duas ruas de áreas residenciais distintas.



Fonte: [www.google.com/maps](http://www.google.com/maps)  
(consultado em setembro de 2013)

Figura 4 – Imagem de satélite da cidade de Beja.

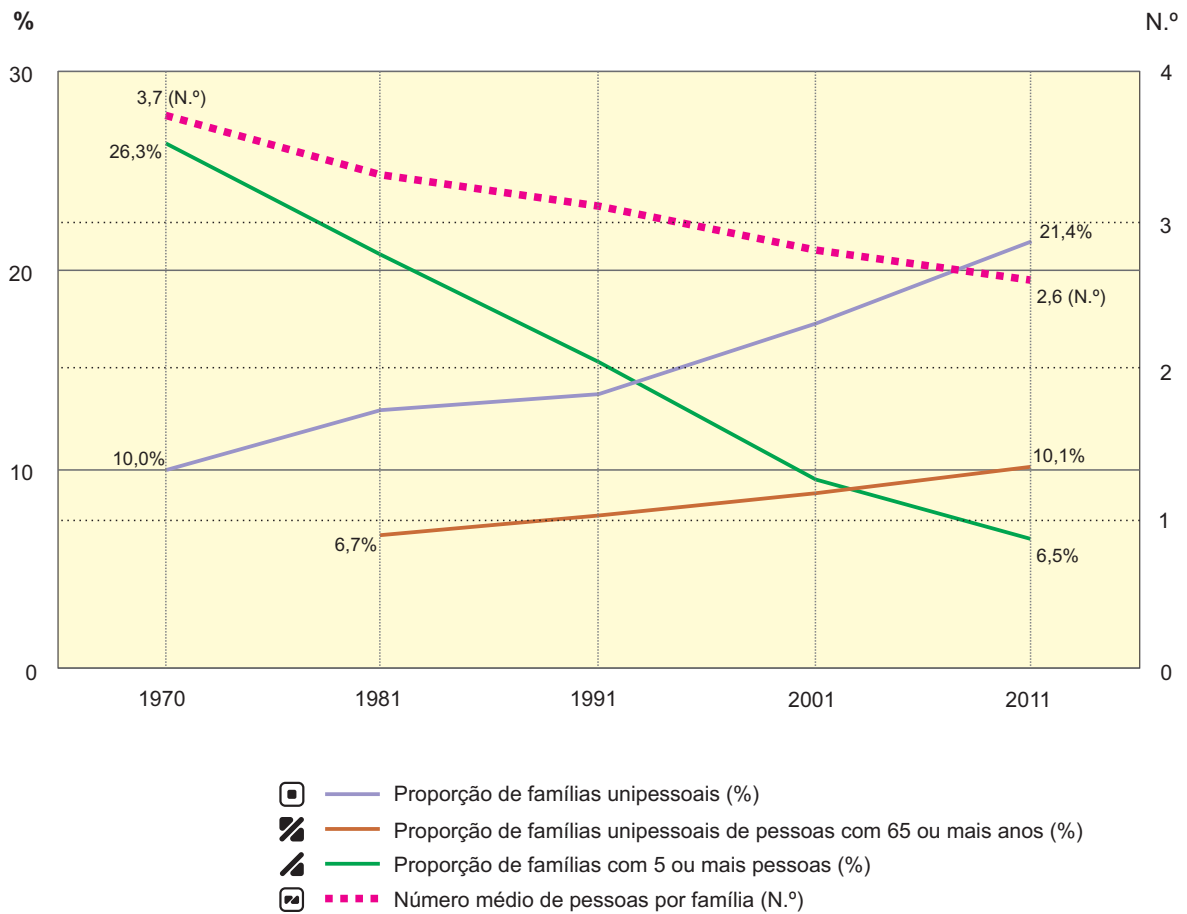
1. As áreas residenciais ilustradas pelas fotografias A e B, da Figura 4, caracterizam-se, respetivamente,
  - (A) pela existência de construções recentes e pela presença de grandes superfícies comerciais.
  - (B) pela predominância de habitações unifamiliares e pela sinuosidade do traçado da rua.
  - (C) pela iluminação adequada das ruas e pela ocupação das habitações por população idosa.
  - (D) pela dificuldade na circulação automóvel e pela disponibilidade de estacionamento.

2. A renda locativa da área funcional onde se localiza a rua ilustrada na fotografia A, da Figura 4, é valorizada
- (A) pela existência de parques urbanos e pelo predomínio de funções comerciais raras.
  - (B) pela localização no centro histórico e pela proximidade de equipamentos sociais e culturais.
  - (C) pela densidade da superfície construída e pelas características da população residente.
  - (D) pela presença de construções em altura e pelas características arquitetónicas dos edifícios.
3. Em Portugal, de acordo com a Lei n.º 11/82, de 2 de junho, para que um aglomerado populacional possa ser elevado à categoria de cidade, é necessário que, cumulativamente, conte com mais de
- (A) 8000 eleitores em aglomerado populacional contínuo e com, pelo menos, metade de um conjunto de tipos de equipamentos coletivos predefinido.
  - (B) 5000 eleitores em aglomerado populacional contínuo e com tipos de equipamentos de saúde de nível hierárquico superior.
  - (C) 5000 residentes em aglomerado populacional contínuo e com um património cultural e arquitetónico relevante.
  - (D) 8000 residentes em aglomerado populacional contínuo e com, pelo menos, um estabelecimento de ensino superior.
4. A localização das unidades industriais na periferia dos centros urbanos explica-se, na maioria dos casos,
- (A) pela proximidade de mão de obra qualificada e pelo fácil acesso à rede portuária.
  - (B) pelo baixo preço do solo e pela proximidade às fontes primárias de energia.
  - (C) pela disponibilidade de espaço urbanizável e pela melhor acessibilidade.
  - (D) pelo fácil acesso a serviços de apoio à produção e pela menor exigência ambiental.
5. A expansão excessiva das áreas urbanas origina problemas sociais como, por exemplo,
- (A) a maior dependência alimentar e o aumento da segurança nas ruas durante o dia.
  - (B) a maior disponibilidade de emprego desqualificado e o excesso de poluição sonora.
  - (C) a diminuição do tempo disponível para a família e o aumento da segregação social.
  - (D) a diminuição da eficácia dos transportes públicos e o excesso de equipamentos sociais.
6. Nas grandes cidades, a concentração de população e de atividades, a partir de determinado limite, origina
- (A) economias de aglomeração, porque diminui a qualidade dos serviços disponibilizados à população da área urbana.
  - (B) deseconomias de aglomeração, porque a especulação imobiliária provoca a diminuição do preço dos solos e da construção.
  - (C) economias de aglomeração, porque os custos das infraestruturas e dos equipamentos aumentam na razão direta do aumento da população.
  - (D) deseconomias de aglomeração, porque as infraestruturas e os equipamentos deixam de dar resposta às necessidades dos utentes.



## GRUPO V

A Figura 5 representa a evolução de algumas características das famílias portuguesas, de 1970 a 2011.



Fonte: *Retrato Territorial de Portugal 2011*, INE, I.P., Lisboa, 2013, p. 84 (adaptado)

Figura 5 – Evolução de algumas características das famílias portuguesas, de 1970 a 2011.

1. Refira, de acordo com a informação da Figura 5, duas alterações registadas na estrutura das famílias portuguesas.
2. Apresente duas razões sociais que explicam a mudança no número médio de pessoas por família, verificada nos últimos 40 anos.
3. Explique a necessidade de Portugal adotar políticas socioeconómicas favoráveis ao rejuvenescimento da população, considerando os seguintes tópicos de orientação:
  - o aumento do dinamismo económico;
  - a sustentabilidade da segurança social.

Apresente dois aspetos para cada um dos tópicos de orientação.

## GRUPO VI

A Figura 6 representa os corredores multimodais de Portugal continental e as principais infraestruturas portuárias e aeroportuárias.



Fonte: *Formulação de Políticas Públicas no Horizonte 2013 – Acessibilidades e transportes, Relatório Final*, Direção-Geral do Desenvolvimento Regional, novembro 2005, p. 27 (adaptado)

Figura 6 – Redes de corredores multimodais de Portugal continental.

1. Identifique duas vantagens dos corredores multimodais representados na Figura 6.
2. Indique dois fatores que justificam a ausência de aeroportos de projeção internacional no interior de Portugal continental, como se observa na Figura 6.
3. Explique a importância, para o desenvolvimento económico de Portugal, da integração da rede nacional de transportes na rede transeuropeia de transportes, considerando os seguintes tópicos de orientação:
  - a acessibilidade às diferentes regiões da Europa;
  - a centralidade atlântica do país.

Apresente dois aspetos para cada um dos tópicos de orientação.

**FIM**

---

**Página em branco**

---

## COTAÇÕES

### GRUPO I

1. ....	5 pontos
2. ....	5 pontos
3. ....	5 pontos
4. ....	5 pontos
5. ....	5 pontos
6. ....	5 pontos

---

**30 pontos**

### GRUPO II

1. ....	5 pontos
2. ....	5 pontos
3. ....	5 pontos
4. ....	5 pontos
5. ....	5 pontos
6. ....	5 pontos

---

**30 pontos**

### GRUPO III

1. ....	5 pontos
2. ....	5 pontos
3. ....	5 pontos
4. ....	5 pontos
5. ....	5 pontos
6. ....	5 pontos

---

**30 pontos**

### GRUPO IV

1. ....	5 pontos
2. ....	5 pontos
3. ....	5 pontos
4. ....	5 pontos
5. ....	5 pontos
6. ....	5 pontos

---

**30 pontos**

### GRUPO V

1. ....	10 pontos
2. ....	10 pontos
3. ....	20 pontos

---

**40 pontos**

### GRUPO VI

1. ....	10 pontos
2. ....	10 pontos
3. ....	20 pontos

---

**40 pontos**

---

**TOTAL ..... 200 pontos**